

Barbosa Lima Sobrinho

MUDANÇA de capital, já o sabemos de sobra, acarreta despesas que não se restringem ao período da instalação, umas necessárias e urgentes, outras discutíveis e adiáveis.

De começo, não havia como fugir a gastos, sem os quais nem chegaria a haver mudança de capital. O local em que surgiria a nova cidade era totalmente deserto. Quando muito, apenas uma pequena residência de fazendeiro. Sentiu-se, de imediato, a necessidade de levantar os primeiros barracões, para as autoridades que iam chegando e para as firmas construtoras que se apresentavam. Para permitir a presença dos primeiros funcionários, e dos elementos do Governo, havia que construir edifícios de apartamentos, para serem ocupados mediante aluguéis simbólicos, praticamente de graça.

A avaliação do custo efetivo da nova capital exigiria somar todas essas despesas, as dos edifícios públicos e as dessas residências a cargo de instituições públicas. De outro modo, as resistências seriam irremovíveis. Não era possível aumentar vencimentos para os moradores de Brasília, pois que isso subverteria o quadro hierárquico do serviço público, abrindo margem a pleitos de equiparação, que não levariam em conta as despesas que a instalação em Brasília impunha aos seus moradores. A começar pelo transporte, numa cidade em que se reconhecia que o corpo humano se formava de cabeça, tronco e rodas, em lugar de pernas, para cobrir os imensos espaços em que as ruas se transformavam em estradas.

Tive oportunidade de conhecer famílias de rendas escassas, e que se viam forçadas às despesas da manutenção de três automóveis, para atender a necessidades de seus membros, com os filhos em idade escolar, ou já freqüentando cursos acadêmicos. A idéia que se tem em Brasília é a de que nada fica perto.

Hoje, Brasília está transformada, com o verde de seus canteiros e com uma arborização que a transforma em oásis, no deserto das paisagens do cerrado. Muita coisa mudou. Os serviços públicos conquistaram eficiência. A cidade se incorporou aos destinos e aos sentimentos de todo o país. A campanha das Diretas-Já valeu para accordá-la para a vida pública de todo o Brasil.

Mas isso para os que estão lá instalados. As mudanças para Brasília continuam a ser difíceis. Quando é designada para sede de novas repartições, há funcionários que se desfazem de todos os seus móveis e aparelhos elétricos, para adquiri-los com os recursos de ajuda de custo, tão caro seria o preço do transporte. É quase como a instalação de um novo lar. O que exige novos gastos, a construção de novas moradias, por conta de verbas públicas, sujeitas a aluguéis de compadresco.

Dai o escândalo das mordomias de Brasília, sem as quais não se manteria a vida da nova capital. Aí estão as residências dos ministros de Estado e de algumas autoridades do primeiro escalão, despesas que antes se limitavam aos palácios do Presidente da República. O que vale dizer que os custos da cidade continuam a pesar nos orçamentos federais. Agravado tudo isso por uma mentalidade dos que entendem que se devem concentrar em

Brasília todas as repartições e serviços do Estado, mesmo os que há muito vinham funcionando regularmente em outras cidades, sem qualquer prejuízo para a eficiência de seus encargos.

Tomemos por exemplo o Instituto do Café, que precisaria ter suas instalações perto dos portos de embarque de suas exportações, no Rio de Janeiro ou em Santos. Qual a necessidade de levá-lo para o Planalto Central, numa época em que o telefone, o telex, o rádio e o avião, aproximam os dirigentes e encarregados dos serviços, reduzindo os espaços? Pelo menos a permanência de suas funções nos locais em que estão instalados, não obriga a novas despesas. Não pesa nos orçamentos públicos, não concorre para o aumento do déficit, que constitui um problema até agora não resolvido, e que reclama solução até mesmo para o reforço do excelente plano da inflação Zelô. São gastos dessa natureza, pelo menos evitáveis, os que podem ser considerados responsáveis pelo crescimento desordenado da base monetária, e pela presença de uma dívida pública que chega a parecer incontrolável. Qual a vantagem, ou benefício, que se pode esperar dessa mudança forçada para Brasília?

Quando não se pode ignorar que essa mudança leva os funcionários, que têm tempo de serviço, a requerer imediatamente a sua aposentadoria, para não quebrar a rotina de uma vida passada em outro ambiente, o que poderá abrir espaço para a contratação de substitutos cujos ordenados voltarão a pesar no erário, somados a mordomias sem as quais não existiria o serviço. E como não se demite ninguém, o Estado e as instituições da previdência terão que enfrentar as novas despesas. Não há nenhuma preocupação de economia, tão-somente uma mentalidade de desperdício, num país que continua a lutar com orçamentos deficitários.

Com que objetivo? Dar razão ao Governador Leonel Brizola, num programa de esvaziamento do Rio de Janeiro, retirando todos os serviços ou repartições que nele se conservam? Aumentar o corte dos ministros de Estado, sobretudo dos que sejam ciosos de uma autoridade que nunca exerceram? Ou abrir vagas para novos candidatos a mordomias em Brasília? Favorecer empresas de construção, para abrigar funcionários à procura de moradias?

A impressão que se tem é a de um desgoverno geral, com iniciativas a que não corresponde nenhuma preocupação de economia, como se o Brasil estivesse nadando num mar de prosperidade, ou tivesse o intuito de fazer crescer os custos de Brasília.

Que valem, diante dessas realidades, as recomendações de não gastar? Na verdade, não passam de palavras ao vento, ou discursos aos surdos.

